

HABEAS CORPUS Nº 493.221 - RO (2019/0041498-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOSE CARLOS DA COSTA PEREIRA
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS DA COSTA PEREIRA - PR014139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : M DA S N

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de M. DA S. N. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia proferido nos Embargos de Declaração no Agravo Interno na Apelação Criminal n.º 0002010-41.2013.8.22.0012.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso no art. 217-A, c.c. o art. 71, ambos do Código Penal, à pena de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado.

Inconformado, o Réu – representado pelo seu advogado – interpôs recurso de apelação criminal, que foi inadmitido pelo Desembargador Relator (fls. 413-415) em decisão monocrática confirmada pela Corte estadual em Agravo Interno (fls. 291-293), por intempestividade recursal.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo Tribunal de origem (fls. 323-327).

Neste writ, o Impetrante alega que o Paciente "*somente foi intimado pessoalmente (Via Carta Precatória) no dia 13/12/2017 e interpôs seu recurso expressamente nesta data (certidão Oficial de Justiça – fls. 186) e por seu advogado constituído para este fim, no dia 15/12/2018*" (fl. 7).

Sustenta que a intimação pessoal do anterior advogado – em 1º/12/2017 – é inválida, porquanto "*calca-se na falta de poderes do então advogado para receber intimação, uma vez que já em data anterior havia substabelecido seus poderes ao advogado que interpôs o recurso de apelação*" (*ibidem*).

Registra, em conclusão, que as instâncias ordinárias entenderam pela intempestividade do recurso, porque consideraram – com inobservância das peculiaridades do caso – que "*o advogado foi intimado pessoalmente da sentença condenatória no dia 01/12/2017 e recurso de apelação apresentado em 15/12/2017*"

(*ibidem*).

Requer, em liminar, a suspensão dos efeitos da sentença condenatória até o julgamento final deste *writ* e, no mérito, a cassação da decisão que inadmitiu o recurso de apelação por intempestividade.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração, concomitante e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito alegado e do perigo na demora.

No caso, o Desembargador Relator, ao inadmitir o recurso de apelação, valeu-se da seguinte fundamentação (fl. 415):

"[...] Na hipótese, o advogado constituído do apelante foi intimado pessoalmente da sentença condenatória em 01/12/2017 (fl. 178vº), e não manifestou o desejo de recorrer, juntado, ainda, o substabelecimento. O novo patrono apenas interpôs o recurso em 15/12/2017 (fl. 182), isto é, fora do quinquídio legal.

Vale ressaltar que embora o apelante tenha sido intimado em 13/12/2017 (fl. 186), tal fato é irrelevante, pois, como já dito, tratando-se de réu solto a intimação é realizada por meio de seu defensor, público ou particular.

Isso posto, ausente pressuposto recursal objetivo, não conheço do recurso por estar intempestivo [...]".

De início, cumpre salientar que não se desconhece o entendimento desta Corte Superior no sentido de que, "[n]os termos do art. 392, inciso II, do Código de Processo Penal, tratando-se de réu solto, é suficiente a intimação do seu causídico da sentença condenatória proferida em primeiro grau, não se exigindo a intimação pessoal do acusado quando o advogado já teve ciência da prolação do édito" (HC 417.633/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 26/02/2018).

Todavia, na hipótese, verifica-se que o Acusado foi intimado dos termos da sentença condenatória – conforme se depreende de fl. 439 –, o que, em princípio, revela a distinção do caso em relação ao precedente supracitado, a indicar a necessidade de informações específicas – a serem prestadas pelas instâncias ordinárias – acerca das peculiaridades do caso, ora apresentadas pelo Paciente.

Desse modo, no caso, é razoável a determinação da suspensão dos efeitos da sentença condenatória.

Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido liminar para suspender os efeitos da sentença condenatória imposta ao Paciente até o julgamento do mérito deste *writ*.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Solicitem-se, ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, informações pormenorizadas sobre a alegada tempestividade recursal, mormente sobre a eventual interposição – dentro do prazo legal – do recurso de apelação pelo Sentenciado.

Oficie-se a Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora